



História da Historiografia: International
Journal of Theory and History of
Historiography

E-ISSN: 1983-9928

historiadahistoriografia@hotmail.com

Sociedade Brasileira de Teoria e História
da Historiografia

Franzini, Fábio

A Universidade e os muitos caminhos da História

História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography,
vol. 6, núm. 13, diciembre, 2013, pp. 252-259

Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia
Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=597769681021>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A Universidade e os muitos caminhos da História

The University and the many paths of History

ROIZ, Diogo da Silva. *Os caminhos (da escrita) da história e os descaminhos de seu ensino: a institucionalização do ensino universitário de História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1934-1968)*. Curitiba: Appris, 2012, 266 p.

Fábio Franzini

fabio.ff.franzini@gmail.com
Professor adjunto
Universidade Federal de São Paulo
Avenida Monteiro Lobato, 679 – Macedo
07112-000 - Guarulhos - SP
Brasil

Palavras-chave

Historiografia brasileira; Universidade de São Paulo; Cursos de história.

Keywords

Brazilian historiography; Universidade de São Paulo; History courses.

252

Recebido em: 25/5/2013

Aprovado em: 6/7/2013

Em minha geração, não se ensinava sistematicamente na Grã-Bretanha aquilo que Marc Bloch chamou “o ofício do historiador”. Íamos aprendendo como podíamos. Muito dependia de quem encontrássemos no tempo de estudantes de graduação (HOBSBAWM 2002, p. 312).

Pode parecer estranho iniciar a resenha de um livro sobre o primeiro curso universitário de História instituído no Brasil com uma epígrafe extraída de *Tempos interessantes*, a conhecida autobiografia de Eric Hobsbawm. No entanto, essa peculiar referência do velho marxista inglês a seus tempos de aluno em Cambridge na década de 1930 me veio à mente repetidas vezes durante a leitura de *Os caminhos (da escrita) da história e os descaminhos de seu ensino*, de Diogo da Silva Roiz, e acredito que não de forma impertinente ou despropositada: a meu ver, ela é emblemática de uma questão de fundo que perpassa e ultrapassa toda a análise elaborada em suas páginas, questão da qual quero fazer o ponto de chegada deste comentário.

Como antecipado pelo subtítulo, o objetivo do trabalho de Diogo Roiz é mostrar e discutir o processo pelo qual o ensino universitário de História se implementou e se desenvolveu na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo entre 1934 e 1968. Originado de sua dissertação de mestrado, defendida em 2004 na Unesp de Franca sob a orientação de Ivan Aparecido Manoel, o texto ampliou-se com os resultados de uma nova pesquisa, realizada entre 2005 e 2008 já como Professor na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), configurando assim as duas partes que compõem o livro, bem como os assuntos de seus dois apêndices. Trata-se, portanto, do resultado de mais de dez anos de dedicação ao tema, dedicação essa que continua a dar bons frutos (ROIZ; SANTOS 2012; ROIZ 2013) e revela sua perfeita sintonia com os rumos da historiografia brasileira atual, cada vez mais atenta à reflexão sobre as práticas, estratégias, lugares e condições de produção e difusão do conhecimento sobre o passado – basta lembrar, apenas como um exemplo diretamente relacionado ao livro, os expressivos artigos que abordaram os cursos de História no Brasil no último dossiê desta mesma *História da Historiografia* (2013).

Desnecessário dizer que a tarefa de Diogo Roiz não foi simples, nem fácil. Em primeiro lugar, porque ela carrega consigo certo pioneirismo ao tomar o curso da FFCL-USP como objeto de estudo, consciente de que era necessário ir além das interpretações oferecidas pela pequena e pontual bibliografia disponível a seu respeito (a qual, aliás, não deixa de ser comentada pelo autor na introdução);¹ depois, devido ao desafio das fontes, trabalhado de maneira muito original graças ao inteligente equilíbrio que buscou promover entre documentos institucionais (com destaque para os *Anuários da FFCL*), pessoais (como correspondências e depoimentos) e bibliográficos (a produção de Professores-chave no curso); e, por fim, por deparar-se com o incontornável peso da tradição e da memória,

253

¹ Interessante, senão instigante, é notar que o mesmo não acontece com as Ciências Sociais: da ampla e importante *História das Ciências Sociais no Brasil* (MICELI 1989; 1995), na qual a FFCL-USP muito aparece, a discussões mais específicas (apenas como exemplo: PONTES 1998; PULICI 2008), parece haver neste campo uma preocupação muito maior (e mais crítica) com o processo de sua institucionalização.

que também se inventam e se institucionalizam à medida que o curso, seus sujeitos e suas redes de sociabilidade ganham contornos e papéis mais bem definidos e entram em disputa, explícita ou velada.

O resultado é um texto ousado, que assume e enfrenta os riscos inerentes à análise de um objeto tão esquivo por meio da articulação entre as suas dimensões estruturais e conjunturais. A mencionada divisão do livro em duas partes – “A estrutura curricular do curso de Geografia e História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo entre 1934 e 1956” e “Escrita da história, civilizações e atores sociais”, respectivamente, cada uma com três capítulos – revela-se, assim, um bom recurso para a recuperação dessa dinâmica, à medida que apresenta os aspectos institucionais e legais que organizaram, dentro da seção de Ciências da FFCL, a subseção de Geografia e História para depois passar à discussão das trajetórias pessoais e dos projetos historiográficos de alguns de seus Professores e, sobretudo, de que forma eles se inseriram no curso e contribuíram para moldá-lo. Longe de buscar o mero enquadramento mecânico e esquemático de uns e outros, Diogo Roiz procura revelar os condicionantes, as intenções, os limites, as brechas, nuances e mudanças que envolveram o curso em suas primeiras décadas, quando definia-se tanto pelo vínculo com a Geografia (que se encerra em 1956) quanto pelo sistema de cátedras (que perdura até a reforma universitária de 1968).

254

Como costuma acontecer com os textos ousados, porém, ele também acaba por oscilar entre interpretações muito agudas e sugestivas e outras superficiais, quando não equivocadas. O primeiro capítulo, “Estrutura e funcionamento do regime de cátedras”, é o que mais sofre com isso: nele, Roiz faz uma boa descrição do que anuncia no título, como também é muito arguto e original ao lançar a hipótese “de que houve tentativas de se construir uma hegemonia masculina entre as cadeiras” de História da Civilização (dividida, a partir de 1939, em História da Civilização Antiga e Medieval e História da Civilização Moderna e Contemporânea), História da Civilização Brasileira e História da Civilização Americana (ROIZ 2012, p. 37); por outro lado, sua reflexão frequentemente se perde quando tenta comprovar como as mulheres foram impedidas de alcançar o cargo de catedráticas, uma vez que a documentação evocada, basicamente memórias e listas de matrículas e de formandos do curso, é muito tênue e superficial sobre o assunto. Dito de outra maneira, ainda que haja pistas e indicações de que a hostilidade, as barreiras e as estratégias masculinas contra a ascensão das Professoras efetivamente existissem, elas não apenas foram insuficientes para sustentar a argumentação como também comprometeram a análise, uma vez que esta acabou por submeter-se aos esforços de transformação de tais indícios em fatos indiscutíveis.²

O capítulo, deste modo, ganharia em precisão caso essa hipótese não fosse o seu fio condutor, o que não significa, bem entendido, deixá-la de lado. Seria perfeitamente possível, por exemplo, apresentá-la como um elemento a

² Para se ressaltar a relevância da questão e, ao mesmo tempo, a importância de se tomá-la de modo menos superficial, cabe citar o trabalho do sociólogo Claudinei Carlos Spirandelli, voltado às trajetórias das Professoras do curso de Ciências Sociais da mesma FFCL entre 1934 e 1969 (SPIRANDELLI 2011).

mais no quadro amplo e complexo que reconstitui, deixando para lhe conferir mais peso no bom Apêndice 1, intitulado "Entre a graduação e a cátedra: a movimentação dos alunos do curso de Geografia e História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo". Afinal, o duplo exercício que Roiz aqui realiza, de apresentar "a dinâmica entre os sexos segundo a escolha dos cursos [da FFCL], tendo em vista quais eram mais escolhidos por mulheres e quais eram mais escolhidos por homens", e destacar "o perfil social dos alunos selecionados para o exercício de funções docentes no curso de Geografia e História" (ROIZ 2012, p. 187), em relação direta com o primeiro capítulo, acolheria de modo muito mais adequado suas considerações acerca do lugar da mulher no regime de cátedras.

Nos dois capítulos seguintes, "As transformações na estrutura curricular" e "Características e dimensões do ensino e da pesquisa", Diogo Roiz reconstitui os arranjos, adaptações e reformas ocorridos no interior das cátedras, em suas tentativas de melhor se adequarem às demandas postas pelas práticas e possibilidades acadêmicas e, ao mesmo tempo, de contornar ou se conformar às limitações materiais e legais que as envolviam. Ao fazê-lo, consegue recuperar com muita clareza o dinamismo do curso, das preocupações iniciais em "caracterizar, aos alunos, as grandes linhas da História mundial e nacional, os aspectos geográficos do processo e a formação histórica e linguística do território brasileiro" (ROIZ 2012, p. 62) até a separação das cadeiras de Geografia e de História em formações independentes, momento em que cada uma passa a buscar identidade própria.³ Mais importante ainda, ele evidencia com propriedade como as mudanças formais e informais que ocorreram no curso entre as décadas de 1930 e 1950 não deixaram de ser, também, "as primeiras tentativas, por meio de seminários e trabalhos práticos e teóricos, de se formar, senão um 'ofício de historiador (e de geógrafo)' a partir do curso de graduação, pelo menos a iniciativa de se produzir os primeiros profissionais na área" (ROIZ 2012, p. 76-77).

Outro aspecto de grande relevância abordado em ambos os capítulos diz respeito à formação de professores, uma vez que este propósito esteve na raiz da Faculdade de Filosofia. É significativo, nesse sentido, que, como diz o autor, "a primeira alteração representativa no programa curricular do curso" tenha ocorrido no início dos anos 1940, para, entre outras coisas, adequá-lo à legislação federal que redefinira e padronizara as condições para a diplomação de "bacharéis" e "licenciados" (ROIZ 2012, p. 64). Assim, de 1942 em diante, os alunos que concluíssem os três anos da grade receberiam o grau de bacharel; caso quisessem obter também a licenciatura, deveriam ainda cursar, por mais um ano, cadeiras específicas de didática. Isto provocou, na prática, uma apartação entre o bacharelado e a licenciatura, mas nem por isso deixou de haver, segundo Roiz, "tentativas de especializar os programas das disciplinas oferecidas no curso, para adequá-las às necessidades de formação dos alunos,

³ Embora Roiz não avance nessa questão, é sugestivo descobrir que, "com a separação do curso de Geografia e História, verifica-se uma maior incorporação de disciplinas históricas na grade curricular de Geografia, limitando-se no curso de História a apenas uma disciplina geral sobre o 'conhecimento geográfico'" (ROIZ 2012, p. 74).

tanto para o magistério, em nível secundário, como para a carreira de docentes pesquisadores, em nível superior” (ROIZ 2012, p. 68-69). Se esta última acabou por se adequar, forçosamente, às próprias características do sistema de cátedras e à dinâmica de doutoramentos e concursos, a primeira, como todo o terceiro capítulo demonstra, acabou sofrendo com a falta de harmonia entre ensino, pesquisa e preparação pedagógica.

Na segunda parte do livro, cada capítulo volta-se a um catedrático específico: pela ordem, Alfredo Ellis Júnior, que em 1938 assumiu a cadeira de História da Civilização Brasileira no lugar de Affonso de Taunay, nela permanecendo até 1956; Sérgio Buarque de Holanda, seu sucessor pelo período de 1956 a 1968; e Eduardo d’Oliveira França, na cátedra de História da Civilização Moderna e Contemporânea desde 1942, primeiro como assistente e, a partir de 1951, como titular. Organizados todos da mesma forma, em torno do tripé vida-obra-atuação no curso, deles se ressalta, em primeiro lugar, a própria atenção dedicada por Diogo Roiz à apresentação desses nomes, com especial destaque para os enfoques acerca de Ellis Júnior e de França, evidentemente. Depois, o contraste entre os catedráticos de História da Civilização Brasileira é outro ponto alto, uma vez que a substituição de Ellis Júnior por Sérgio Buarque trouxe consigo uma transformação crucial na forma pela qual as suas matérias eram vistas, pensadas e, sobretudo, ensinadas, como pode ser percebido na síntese de Roiz:

256

Alfredo Ellis Jr. esteve ligado à historiografia tradicional, nos moldes dos institutos, com posturas próximas aos “positivistas” da escola metódica; por sua proximidade com [Affonso de] Taunay, escreveu uma história dos grandes feitos da população paulista, a qual chamava de “raça de gigantes”. Era, como afirmou Antonio Celso Ferreira, o “último e mais radical expoente de uma safra de intelectuais dispostos a contar as glórias de São Paulo, e com ele se encerra esse capítulo”. Sérgio Buarque, em contrapartida, afinado ao que havia de mais novo no pensamento historiográfico alemão, francês, italiano, norte-americano e inglês, mesmo com toda a sua “paulistanidade”, apresentava um bandeirante que, ao invés de ser um espírito aventureiro e empreendedor, nada mais fazia do que lutar contra a fome. O amor exacerbado a São Paulo levou Alfredo Ellis Jr. a escrever a história do Brasil a partir da história de São Paulo; mesmo ocupando a cadeira de História da Civilização Brasileira, suas pesquisas se concentravam na história de seu Estado. Sérgio Buarque, por sua vez, além de tratar da história de São Paulo, teve como preocupação escrever uma história do Brasil que abarcasse as demais regiões, e em comparação com a América Latina. [...] utilizou o espaço aberto pela cadeira de História da Civilização Brasileira para por no bojo da história do Brasil os atores e aspectos esquecidos pela historiografia tradicional: o “negro da terra”, o bandeirante empobrecido, as minúcias do cotidiano, etc. [...] (ROIZ 2012, p. 159-160).

Ao se chegar ao último capítulo, sobre Eduardo d’Oliveira França, o contraponto entre formas diferentes de se “fazer história” ganha novos contornos. Como Diogo Roiz volta a lembrar, desde a criação da FFCL as cadeiras de História da Civilização ficaram a cargo de professores franceses: Coornaert, Braudel, Gagé, Léonard, que, lado a lado com Taunay e Ellis Júnior, constituíram os pilares da formação das primeiras turmas de Geografia e História. Esta situação

fez com que o curso convivesse, segundo ele, com “duas ‘tradições intelectuais’: uma francesa (e ligada ao movimento dos *Annales*) e outra nacional (e ligada, muito genericamente, ao que se convencionou chamar de ‘escola metódica’), acabando por impedir o desenvolvimento de um procedimento comum de ensino e pesquisa” (ROIZ 2012, p. 185); pela mesma razão, a renovação da historiografia então praticada e ensinada também não se deu por completo, ficando circunscrita, até a década de 1950, às cadeiras de história “geral” (ROIZ 2012, p. 171). Assim, ao inserir França nesse contexto, discutindo sua formação em meio a tais dicotomias e a sua filiação a esse grupo renovador (como aconteceu com outro nome central para o curso e para a própria Faculdade de Filosofia, Eurípedes Simões de Paula),⁴ Roiz demonstra como ele representava, como professor e como pesquisador, mais uma faceta do curso, a da afirmação do historiador “por profissão”.

São evidentes, enfim, as virtudes e a relevância do livro de Diogo Roiz, e seus leitores decerto encontrarão várias outras mais. Há que se enfatizar, contudo, que ele poderia ser melhor, não fossem seus vários e comprometedores problemas de ordem formal e material, a começar dos vícios da escrita acadêmica que atravessam o texto. Embora compreensíveis, todos poderiam ter sido evitados sem muita dificuldade, como a retomada insistente de argumentos considerados centrais, o que na maior parte das vezes gera repetições desnecessárias: apenas na introdução, por exemplo, os propósitos do trabalho são anunciados nada menos que cinco vezes, com praticamente as mesmas palavras... Também causa certo incômodo encontrar, no início de cada capítulo, a apresentação dos objetivos a serem nele alcançados, bem como o seu complemento “natural”, o resumo das análises ao final; depois de mais de duzentas páginas, tal procedimento causa a impressão de que o leitor precisa ser tutelado pelo autor e suas ideias, como se outras leituras, percepções e apropriações do texto não fossem possíveis ou, pior, permitidas. Sem tais enquadramentos, o texto ficaria bem mais fluido e agradável, como também ficaria bem mais fluido e agradável com uma revisão apurada, que o escoimasse de passagens mal redigidas que, ao invés de explicar, atrapalham a compreensão, quando não a confundem – como é o caso, também apenas como exemplo, deste parágrafo inteiro do Apêndice 2:

257

No Brasil, desde, pelo menos, a Independência, que pensar a construção da nacionalidade foi uma constante em todo século XIX, no quadro dos estudos históricos, em que os historiadores se encontravam ligados diretamente à esfera política, lugar que favorecia o desempenho das funções profissionais, por facilitar a pesquisa em arquivos, Museus e Institutos nacionais e estrangeiros. Na qualidade, quase sempre, de funcionários estatais, os historiadores aplicavam-se ao estudo do passado. No século XIX foi comum o desempenho de funções diplomáticas articularem-se ao exercício da escrita da história, a exemplo de: Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), (José Maria da Silva Paranhos, mais conhecido como) Barão do Rio Branco (1845-1912) e Manoel de Oliveira Lima (1865-1928), que, não por acaso, seriam historiadores-diplomatas (ROIZ 2012, p. 226).

⁴ Não há como deixar de observar aqui que um capítulo a respeito de Eurípedes Simões de Paula, formado na primeira turma de Geografia e História da FFCL-USP e catedrático de História da Civilização Antiga e Medieval a partir de 1946, completaria perfeitamente o quadro analítico montado por Roiz nesta segunda parte de seu livro.

Uma revisão apurada corrigiria ainda as vírgulas e crases fora de lugar, bem como os problemas de grafia recorrentes ao longo do livro, como o uso do incorreto “sessões” em lugar de “seções” para se referir às subdivisões da FFCL-USP, o que perpassa todo o Apêndice 1, e os deslizos em relação a conhecidos nomes próprios: “Eurípedes” é trocado por “Eurípides”, “Gagé” por “Gajé”, “Shaw” por “Schaw”, “Ayrosa” por “Ayrora”, aparecendo até um certo “*Julho* de Mesquita Filho” em nota de rodapé (ROIZ 2012, p. 121). Outro deslize, este anacrônico, aparece na nota 116, em que se diz que, em 1936, “Sérgio Buarque ingressou na Universidade Federal do Rio de Janeiro”, quando, na verdade, trata-se da Universidade do Distrito Federal, como irá aparecer na sequência do próprio texto, aliás (ROIZ 2012, p. 142). São coisas que acontecem, mas, reitero, poderiam ter sido facilmente resolvidas com um pouco mais de cuidado e atenção.

Mais complicados, por fim, são os problemas que escapam ao autor, relativos à materialidade do livro. Por mais desagradável que seja apontar isso, ela não é nada sedutora ao leitor: a fonte e o tipo de papel utilizados tornam a leitura cansativa, a editoração do texto é muito ruim e a encadernação, pouco adequada e pouco prática para o manuseio – sem contar, ainda, a imperdoável omissão do nome do autor na lombada, em que aparecem apenas o título do livro e o selo da editora.

De todo modo, é importante voltar a enfatizar que o trabalho de Diogo Roiz deve ser lido, discutido e tomado como inspiração de novos estudos dedicados à formação do historiador no Brasil, que possam iluminar cada vez mais esse ângulo tão marcante e, ao mesmo tempo, tão pouco conhecido da história da historiografia brasileira. Reforço aqui, assim, o que escreveram Teresa Malatian, Marieta de Moraes Ferreira e Ivan Aparecido Manoel em seus textos de apresentação ao livro: trata-se de uma grande contribuição para pensarmos o nosso ofício e, sobretudo, as condições em que ele pode se desenvolver nos primeiros tempos da Universidade, momento que nos é cronologicamente tão próximo e academicamente tão distante. Momento em que, fosse em São Paulo, fosse em Cambridge, tudo era “caminho”, construído pelos próprios caminhantes.

Referências bibliográficas

HISTÓRIA da Historiografia. Dossiê “Os cursos de história: lugares, práticas e produções”. Ouro Preto, n. 11, p. 10-171, abril 2013.

HOBBSAWM, Eric. **Tempos interessantes:** uma vida no século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

MICELI, Sergio (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil.** Volume 1. São Paulo: Vértice; Idesp, 1989.

_____. (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil.** Volume 2. São Paulo: Editora Sumaré; Idesp, 1995.

PULICI, Carolina. **Entre sociólogos:** versões conflitivas da “condição de sociólogo” na USP dos anos 1950-1960. São Paulo: Edusp; Fapesp, 2008.

ROIZ, Diogo da Silva. **A dialética entre o “intelectual-letrado” e o “letrado-intelectual”**: projetos, tensões e debates na escrita da história de Alfredo Ellis Jr. e Sérgio Buarque de Holanda (1929-1959). Tese (Doutorado em História). Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2013.

_____; SANTOS, Jonas Rafael dos. **As transferências culturais na historiografia brasileira**: leituras e apropriações do movimento dos *Annales* no Brasil. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

SPIRANDELLI, Claudinei Carlos. **Trajetórias intelectuais**: professoras do curso de Ciências Sociais da FFCL-USP (1934-1969). São Paulo: Humanitas; Fapesp, 2011.